

TST decreta fim da heróica greve dos correios e direções acatam

No dia 11 de outubro o Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou o a greve dos trabalhadores dos correios, impôs o acordo proposto pelo governo e ordenou o retorno ao trabalho na quinta-feira, 13 de outubro. Além disso, estabeleceu uma multa de R\$50 mil por dia em caso de desobediência. O Comando de negociação, composto pelo PT, PCdoB, PSol e PSTU acatou a decisão do TST. O diretor de Assuntos Jurídicos da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos), Manoel de Lima Feitosa, defendeu o retorno ao trabalho: “Encerrou-se o ciclo”, disse o pelego, ainda atemorizando a categoria com o risco de demissões caso não voltassem imediatamente. Já o PSTU lamentou a decisão do TST, mas não chamou a resistência à ingerência da justiça burguesa.

O “acordo” imposto pelo TST foi a cópia da proposta patronal – a mesma aceita em 4 de outubro pela maioria do comando de greve, mas recusada por todos os 35 sindicatos em todo o país. Eis as migalhas oferecidas: aumento linear de R\$ 80, reajuste salarial de 6,8%, retroativo a agosto, vale extra de R\$ 575 em dezembro e um vale-cesta de R\$140. Apesar de os carteiros terem que entregar toda correspondência acumulada, o TST ainda definiu o corte de sete dias de trabalho. Seis já foram descontados antecipadamente, por ordem do Ministro das Comunicações Paulo Bernardo e os trabalhadores terão de repor 21 dias nos finais de semana. Ou seja, na prática não há direito de greve. Por detrás do “acordo” do TST é necessário denunciar a traição do comando de greve que manobrou para quebrar a unidade grevista, capitulou perante a lei anti-greve, admitiu a intervenção do Ministério do Trabalho enfraquecendo e conspirando na prática contra a greve.

Punição exemplar

A greve dos correios ocorreu em um momento de ascenso da luta de classes. No mundo, trabalhadores do Norte da África, Oriente Médio, Europa e Estados Unidos estão indo massivamente às ruas para mostrar que não querem pagar pela crise econômica mundial, para rechaçar o desemprego, corte de direitos, miséria e arrocho salarial. No Brasil, desde o início do ano, várias categorias cruzaram os braços e foram à luta contra o arrocho salarial e o salário de fome. Os governos, em relação às greves do funcionalismo, endurecem cada vez mais: reprimem, criminalizam e usam o aparato judicial para decretar as greves ilegais, abusivas e impor pesadas multas.

No caso da greve dos correios, o desconto dos dias parados se mostra como uma “lição” que a burguesia quer dar aos trabalhadores. O presidente do TST afirmou: “O trabalhador tem que saber as consequências do direito de greve e aprender que greve não é férias”. É dessa forma que este lacaio da burguesia avisa aos trabalhadores que na prática não existe o direito de greve. É urgente derrotar as leis anti-greve, não podemos aceitar que o TST decrete o fim da greve. O Judiciário não é neutro, expressa o poder dos patrões. O espaço máximo de deliberação dos trabalhadores são suas assembleias. Precisamos inverter esse jogo e dar uma lição à burguesia: mostrar que não reconhecemos a sua justiça de classe e que não vamos nos dobrar e muito menos aceitar que descarreguem sobre nossas costas o peso da crise econômica mundial que volta a se manifestar no Brasil. Para isso, precisaremos unificar e centralizar as lutas nacionalmente e romper com as divisões que as burocracias governistas nos impõem. Passar por cima das direções pelegas durante a greve foi um primeiro passo, agora a tarefa é manter a mobilização e se preparar para os próximos embates, recuperar os sindicatos para os trabalhadores e por de pé o partido operário revolucionário.

Direções não estão à altura

Quando o trabalhador quer lutar por seus direitos, precisa estar armado politicamente, isto se dá por meio de suas organizações: sindicato e partido revolucionário. A burguesia detém o poder econômico, detém o poder político, por meio do Executivo, Parlamento, judiciário, difunde sua ideologia em seus meios de comunicação, e ainda tem o aparato repressivo à sua disposição. A burguesia, porém, também está controlando, em sua maioria, os sindicatos de trabalhadores, basta ver o quanto estes levam adiante uma política pró-patronal e recorrem aos métodos parlamentares, próprios da classe dominante.

Os trabalhadores precisam varrer a burocracia que se apossou dos sindicatos, a greve mostrou que isso é possível. Os burocratas têm medo da greve, pois neste momento seu controle sobre a categoria é ameaçado, por isso trabalha noite e dia para enterrar a luta dos trabalhadores. Um exemplo: no dia 30 de setembro, o presidente e vice-presidente do SINTECT de SP foram negociar pelas costas das assembleias com o Procurador Regional do Trabalho, no Ministério Público de São Paulo.

Como não conseguiram acabar com a greve, impuseram a passividade. Os trabalhadores dos correios sabem que se tivessem feito piquetes e bloqueado de fato a circulação das correspondências e encomendas teriam obrigado o Governo a aceitar suas reivindicações. No movimento operário, onde os trabalhadores radicalizaram seus métodos, conseguiram arrancar reposições de 10% de patrões que não queriam repor nem a inflação do período. Nossa força está nos métodos operários: a greve, os piquetes, marchas, bloqueios, etc. A passividade leva à derrota. Nesta greve, os piquetes foram raríssimas exceções, isto foi reconhecido até pelo TST, que disse que dos 5 mil postos dos correios no país, só houve piquetes em quatro.

Outra sabotagem da direção foi a história de que temos que mostrar disposição de negociar, isto é, se portar como capacho do governo. A reivindicação original era de aumento do piso de R\$807 para R\$1.635, reposição da inflação de 7,16%, reposição das perdas acumuladas de 1994 a 2010, que totalizam 24,75%, mais vale refeição de R\$30. No meio do caminho, a própria direção rebaixou as reivindicações pela metade, dizendo que deveria mostrar disposição de negociação. Mas enquanto a direção queria mostrar que era dócil para o governo e direção dos correios, os trabalhadores queriam mostrar sua disposição e coragem, por isso atropelaram suas direções.

Mas não só o sindicato é um instrumento dos trabalhadores, o partido revolucionário também é. Mas hoje este partido precisa ser construído, só existe de forma embrionária. Nenhum dos partidos que estão dirigindo o movimento expressam isso, O PT e PCdoB já adotam diretamente uma política pró-patronal, pró-burguesa e pró-imperialista. Estão irmanados no apoio ao governo, do qual participam, e desenvolvem um sindicalismo passivo e não de luta de classes. O PSol tenta requestrar o velho reformismo do PT, que já vimos aonde levou os trabalhadores. E o PSTU por mais que fale de revolução de vez em quando tem uma estratégia eleitoreira. O PSOL e PSTU são incapazes de enfrentar o estalinismo (PCdoB) e o reformismo (PT); ao invés de denunciar a orientação legalista e pacifista se adaptaram à passividade; não rejeitaram conseqüentemente as manobras para liquidar a greve e se limitaram a desenvolver uma política de esquerda legal, democratizante, colocando-se como a ala esquerda do sindicalismo burocrático. Dessa forma, também capitularam perante a lei anti-greve. Diante da revolta dos trabalhadores dos correios com o governo do

Dilma/PT, em vez de tirar os ensinamentos de que o Estado é burguês, não é neutro e para se emancipar os trabalhadores terão de destruí-lo e levantar seu próprio Estado, o PSTU quer é canalizar eleitoralmente este descontentamento, reforçando a ilusão de que se votarem em seu candidato, tudo será resolvido. Além disso, desenvolve a perniciosa e aventureira tática de dividir os organismos de massa como a CUT em apoio de sua estratégia eleitoral. Não, companheiros, é necessário confiar exclusivamente na força dos próprios trabalhadores e seguir a direção da classe operária. É preciso que o instinto de luta dos trabalhadores se encontre com o partido operário, que expressa seus interesses de classe e liga as reivindicações mais sentidas pela maioria oprimida à estratégia de destruição do capitalismo por meio da revolução e ditaduras proletárias.

15 de outubro de 2011